

Política de expansão do ensino superior e a Política Nacional de Desenvolvimento Regional

Frank Sammer Beulck Pabim

Sheila Kocourek

Gilberto Martins Santos

Resumo

A pesquisa que deu origem ao presente artigo buscou analisar a Política de Expansão do Ensino Superior com base nos resultados da classificação, pela tipologia sub-regional, da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). A atenção se concentrou no comportamento da economia, nos municípios onde foram implantados os novos campi, no programa de expansão do ensino superior. A metodologia envolveu o levantamento de dados e informações em fontes públicas por meio de análise documental e a revisão de literatura em diferentes bases de pesquisa. As fontes analisadas apontam para as contribuições da expansão do ensino superior a partir do processo de desenvolvimento regional, tendo como sustentação as políticas públicas de educação superior visando a redução de desigualdades. A seleção de municípios com novos campi de universidades públicas considerou a tipologia da PNDR como opção para a avaliação dessas contribuições. Os resultados demonstram a importância da tipologia sub-regional da PNDR como mecanismo de análise do comportamento econômico de municípios e microrregiões, bem como evidenciam a importância de novas pesquisas sobre os fatores que influenciam os resultados da classificação e, conseqüentemente, a contribuição dos campi para essas microrregiões.

Palavras-chave | Desenvolvimento regional; políticas públicas; PNDR; universidade.

Classificação JEL | I23 I28 R58

Higher Education expansion policy and the National Regional Development Policy

Abstract

This research seeks to analyse the Higher Education Expansion Policy based on the results of the classification by the sub-regional typology of the National Regional Development Policy (PNDR). The analysis verifies the behaviour of the economy, in the municipalities where the new campus was implanted in the expansion program of higher education. The research methodology involves the search for data and information from public sources through

document analysis and literature review in different research bases. The analysed sources focus on the contributions of the expansion of higher education, with the process of regional development, having as support the public policies of higher education to reduce inequalities. The selection of municipalities, with new public university campuses, considers the PNDR typology as a new way to evaluate these contributions. The results demonstrate the importance of the sub-regional typology of the PNDR as a mechanism for analysing the economic behaviour of municipalities and micro-regions, as well as showing the importance of new research on the factors that influence the results of the classification and, consequently, the contribution of campuses to these micro-regions.

Keywords | PNDR; public policies; regional development; university.

JEL Classification | I23 I28 R58

Política de expansión de la educación superior y la Política Nacional de Desarrollo Regional

Resumen

La investigación que dio origen a este artículo buscó analizar la Política de Expansión de la Educación Superior basada en los resultados de la clasificación, por la tipología subregional de la Política Nacional de Desarrollo Regional (PNDR). El análisis se concentró en el comportamiento de la economía, en los municipios donde se implantaron los nuevos campus, en el programa de expansión de la educación superior. La metodología implicó el levantamiento de datos e información de fuentes públicas a través de análisis de documentos y la revisión de literatura en diferentes bases de investigación. Las fuentes analizadas apuntan para las contribuciones de la expansión de la educación superior a partir del proceso de desarrollo regional, teniendo como apoyo las políticas públicas de educación superior para reducir las desigualdades. La selección de municipios con nuevos campus universitarios públicos consideró la tipología de la PNDR como opción para evaluar estas contribuciones. Los resultados demuestran la importancia de la tipología subregional de la PNDR como mecanismo de análisis del comportamiento económico de municipios y las microrregiones, así como muestran la importancia de nuevas investigaciones sobre los factores que influyen en los resultados de la clasificación y, en consecuencia, la contribución de los campus a estas microrregiones.

Palabras clave | Desarrollo regional; políticas públicas; PNDR; universidad.

Clasificación JEL | I23 I28 R58

Introdução

No Brasil, o direito à educação está previsto no artigo 205 da Constituição Federal (CF) de 1988, descrito como um direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovido e incentivado com a colaboração da sociedade. Os deveres do estado brasileiro estão definidos na Constituição Federal, que, além de zelar pelo

seu cumprimento, tem a responsabilidade de responder às demandas dinâmicas da sociedade através de programas ou ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real, o que comumente chamamos de políticas públicas. As políticas públicas são os meios pelos quais o Estado procura alcançar sua efetividade ou exercer suas prerrogativas e competências a partir da interação com os diversos atores sociais ou com base em concepções de estado-nação ou interferências supranacionais (BANDEIRA, 1999; AFONSO, 2001; SOUZA, 2006).

Uma das mais importantes políticas públicas brasileiras teve início em 2003, com a finalidade de interiorizar o ensino superior público federal, sendo alavancada, a partir de 2008, com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). As políticas públicas de expansão e reestruturação do ensino superior brasileiro tiveram como um dos principais objetivos aumentar as vagas nos cursos de graduação, ampliar a oferta de cursos noturnos, promover inovações pedagógicas e o combate à evasão, bem como diminuir as desigualdades sociais no país (BRASIL, 2012).

Segundo dados do Ministério da Educação (MEC), a interiorização e o Reuni aumentaram significativamente o número de municípios atendidos pelas universidades públicas federais, passando de 114, em 2003, para 289 em 2014. Foram criadas 18 novas universidades, no período de 2003 a 2014, e cerca de 170 campi que possibilitaram a ampliação de vagas e a criação de novos cursos de graduação, elevando o número de universidades de 45 para 63. O número de matrículas presenciais na graduação e pós-graduação passou de pouco mais de 500 mil no início da expansão para quase 1 milhão no final do programa em 2014 (BRASIL, 2014).

A criação de novas Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) movimentou a economia regional e nacional em aquisições de materiais e equipamentos, contratações de servidores, obras de engenharia, locações etc., oportunizando novos investimentos públicos e privados em infraestruturas capazes de absorver a dinâmica universitária.

A política de governo no fomento ao desenvolvimento com base na educação alinha-se com a nova concepção de economias do conhecimento. As universidades, assim como as demais instituições de ensino, têm papel relevante na promoção do desenvolvimento, pois têm responsabilidades institucionais nas quais a sociedade deposita suas expectativas de melhoria e bem-estar social, desempenhando um papel agregador importante, promovendo cultura, ciência e desenvolvendo tecnologia (FERNANDES, 2001). Oliveira (2014), coloca que as universidades são vetores indutores de desenvolvimento local e regional, conectando-se com o mundo ao mesmo tempo em que se enraízam local e regionalmente, com efeitos na produção e consumo da economia, que repercutem de forma multiplicadora nas estruturas espaciais, sobretudo nas cidades em que estão localizadas.

Contemporânea à política de expansão do ensino superior temos a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), que foi concebida como um mecanismo de análise socioeconômica das regiões e como indicativa das regiões prioritárias ao investimento público. A política de expansão do ensino superior ficou a cargo do MEC, enquanto as ações da política nacional de desenvolvimento regional (PNDR) ficaram a cargo do Ministério da Integração Nacional (MI).

A PNDR introduziu um novo formato de direcionamento das políticas públicas voltadas à diminuição das desigualdades regionais, reavaliando a situação espacial em uma escala microrregional com base em determinantes de renda que demonstram o nível de prioridade de investimento público, como os incentivos dos fundos constitucionais de financiamento, dos fundos de desenvolvimento regional e incentivos fiscais (BRASIL, 2007).

Conforme De Aguiar et al. (2020) apesar de grande número de publicações relacionadas ao tema de desenvolvimento regional e universidade ainda há carência de pesquisas que discutam, de forma mais aprofundada, a relação e interferência das Instituições de Ensino Superior como um todo no desenvolvimento regional. Nesse sentido, este trabalho busca outro viés de análise da contribuição dos novos campi universitários ao desenvolvimento regional baseado nos resultados dos indicadores econômicos da PNDR, possibilitando acompanhar o comportamento das economias microrregionais e as possíveis convergências existentes, como a interação entre políticas que visam a diminuição das desigualdades regionais.

Referencial teórico

Desenvolvimento regional

O desenvolvimento de uma nação pode ser medido por aspectos econômicos, como pela sua capacidade de gerar riquezas, desenvolver tecnologia e inovação, e por aspectos sociais, como bem-estar social, saúde, educação e segurança. Bresser (2006) destaca o conceito histórico de desenvolvimento econômico como algo intrínseco ao capitalismo, conceituando-o como um processo de crescimento da renda *per capita* dos indivíduos e das nações, melhorando o padrão de vida e resultando em acumulação de capital e incorporação de conhecimento e técnica à produção. De outra forma, conclui que apenas o desenvolvimento econômico não é suficiente para promover a melhoria dos padrões de vida, mas deve ser um dos objetivos das sociedades nacionais modernas, ao lado da segurança, da liberdade, da justiça social, e da proteção do meio ambiente.

A Constituição Federal (CF) brasileira de 1988 faz uma distinção de desenvolvimento com base no crescimento econômico e no crescimento social, sendo que a partir dos direitos individuais e coletivos garantidos na constituição fez-

se necessária a transformação da realidade social e econômica por meio de políticas públicas a cargo do Estado.

Segundo a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), o Estado tem papel estratégico na busca de soluções para os problemas de desigualdade e bem-estar social, considerando assistência social, saúde e educação como geradores de padrões progressivos de distribuição de renda (GOMES; BRESCIANI; AMORIM, 2016).

O crescimento econômico e social não acontece de forma semelhante em todas as regiões. Os interesses do capital, a disposição dos mercados, a infraestrutura disponível e fatores como meio ambiente, pessoas e atores políticos delimitam investimentos e geram desequilíbrios em escalas diversas nos territórios. O processo de desenvolvimento nacional tem ligações com arranjos produtivos e interesses mercadológicos que agravam as disparidades entre as regiões de um país, sendo necessária a intervenção do Estado por meio de políticas públicas de desenvolvimento econômico e social, para diminuir as desigualdades regionais (NETO; BORGES, 2011).

As desigualdades regionais brasileiras têm origens no processo de formação e de ocupação produtiva de um território continental, com aspectos geográficos, ambientais e humanos distintos. As políticas públicas de atuação governamental, baseadas em diferentes escalas e frações de território, surgiram no Brasil apoiadas em aspectos característicos do país, como sua dimensão continental, marcada por grande heterogeneidade territorial, e os complexos processos históricos pelos quais se consolidaram as diferentes identidades regionais.

As desigualdades regionais da formação territorial foram ampliadas pela industrialização pesada e agricultura mecanizada, concentrada, em particular, na região centro-sul do país, estendendo-se para as demais regiões, em uma relação leste/oeste, capital/interior ou centro/periferia. O desenvolvimento periférico ocorreu na chamada “interação produtiva”, a partir dos anos 1960, com maior aporte de capital nas regiões fora do sudoeste brasileiro e pelas dinâmicas produtivas locais e intervenções estatais (NETO, 2009; QUAGLIO; PAIVA, 2017).

Oliveira (2017) salienta que no Brasil, na América Latina e em todo o chamado terceiro mundo é comum se observar a distribuição socioeconômica desigual, inerente ao processo de crescimento diferenciado, deve ser combatida para gerar maiores e melhores benefícios para todos. O instrumento para essa transformação passa pelo processo de planejamento regional, que não deve ter a pretensão de subverter a ordem do que já está posto, mas deve ser capaz de coordenar o que já existe e potencializar resultados, fomentando uma maior equidade de desenvolvimento (NETO; BORGES, 2011).

Políticas públicas de ensino superior e o desenvolvimento regional

Dentre uma das principais políticas sociais de desenvolvimento humano, nos direitos universais previstos pelas Organizações das Nações Unidas (ONU), está a educação, que, em seus diversos níveis, configura-se como um dos principais mecanismos de transformação e melhoria de vida dos indivíduos, da sociedade e do país (ONU, 2010). Freire (2001) coloca que a educação não é a única alavanca da transformação da sociedade, mas pode algo nesse sentido, contribuindo para que aos poucos ela seja transformada para melhor. A educação como uma política de Estado busca garantir direitos constitucionais e o pleno desenvolvimento da cidadania e do país. Como uma política de governo, figura nas agendas governamentais (*agenda-settings*) em determinados períodos, como forma de atender às demandas sociais, propostas eleitorais ou concepções de nação daqueles que estão no poder. Em educação, cada nível (infantil, fundamental, médio ou superior) é um fator importante para o sucesso do próximo nível, bem com seus resultados são os indicadores do nível educacional de um estado, tanto em aspectos sociais quanto econômicos.

Barros, Henriques e Mendonça (2002) apontam que o Brasil apresentava um atraso, em termos de educação de cerca de uma década em relação a um país típico com padrão de desenvolvimento similar ao nosso. Esse panorama se mantém, na medida em que o Brasil ainda apresenta um déficit educacional quando comparado a outros países, fruto de falta, descontinuidade ou ineficácia de políticas públicas educacionais.

No que tange ao ensino superior brasileiro, o Decreto nº 6.096/2007, dá origem ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Trata-se de uma das políticas públicas que buscou ampliar o acesso ao ensino superior, em atenção ao Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001), que estabeleceu o provimento da oferta da educação superior para pelo menos 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, até o final da década. A estratégia governamental para expansão das vagas no ensino superior foi concebida em três etapas. A fase I, de 2003 a 2007, cuja meta principal foi interiorizar o ensino superior público federal; a fase II, de 2008 a 2012, com a execução do Reuni; e a fase III caracterizada pela busca de ações com vistas ao desenvolvimento regional. Na fase III, que foi até 2014, além da criação de novos campi e universidades, foram implementadas políticas específicas de integração, fixação e desenvolvimento regional, tais como o Programa de Expansão do Ensino Médico, o Programa Viver Sem Limite e o Procampo (BRASIL, 2012).

A expansão e o Reuni, juntamente com outras políticas de ampliação de vagas, como o Programa Universidade para Todos (ProUni), são ações governamentais que buscam uma intervenção específica para garantir o acesso de uma maior parcela da sociedade ao ensino superior, porém, com objetivo transversal de desenvolvimento

regional e nacional, baseado na formação profissional e cidadã e na atuação das instituições no ensino, na pesquisa e na extensão.

A política pública que possibilitou a expansão do ensino superior no Brasil no período de 2003 a 2012 buscava cumprir metas do Plano Nacional de Educação (PNE) (2001-2010), que estipulava a ampliação do número de estudantes atendidos pela educação superior. A interiorização com a implantação de novos campi, segundo o relatório do MEC, foi baseada em estudos preliminares das condições socioeconômicas das regiões, levando em conta a vocação regional e os arranjos produtivos locais; a localização geográfica; a população da microrregião e da mesorregião; indicadores de desenvolvimento econômico e social, dentre outros (BRASIL, 2012). Na análise dos resultados da política de expansão no relatório do MEC há a consideração de que as Instituições Federais de Ensino Superior têm importante papel no desenvolvimento dos estados, das regiões e do país. Desta forma, a política de expansão não somente cumpre a função de ampliação das vagas, como também se traduz em mecanismo para o desenvolvimento regional (BRASIL, 2012).

Em que pesem os vários fatores que influenciam no Desenvolvimento Regional (DR), a contribuição do ensino superior é com certeza um fator essencial. A presença de campus de universidades nos municípios e regiões é, além de um fator de qualificação da mão de obra, um fator de atração de novos negócios e empreendimentos (FLECK, 2012; ROLIM; SERRA, 2009, 2011). Fagundes e Giroletti (2013), em suas pesquisas com indicadores sintéticos, determinaram a contribuição da atividade universitária ao Desenvolvimento Regional, verificando a elevação dos indicadores de educação da população em todos os níveis e consequentes melhorias, ainda que indiretas, nos níveis de saúde e renda das populações. Já Etzkowitz e Zhou (2017) utilizaram o conceito de hélice tríplice de inovação e empreendedorismo, onde governo, indústria e universidade interagem contribuindo para os processos de desenvolvimento regional, com ligação aos demais aspectos que serão abordados no contexto dos reflexos nas economias dos municípios e microrregiões.

Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) teve início no Brasil a partir do Decreto nº 4.793/2003, sendo institucionalizada por meio do Decreto nº 6047/2007, ambos reeditados pelo Decreto 9.810/2019. A PNDR foi instituída com a finalidade de reduzir as desigualdades econômicas e sociais por meio da criação de oportunidades de desenvolvimento que resultem em crescimento econômico, geração de renda e melhoria da qualidade de vida da população. O Decreto nº 9.810/2019 manteve a Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional integrada por ministros de estado, dentre eles, da Economia e do Desenvolvimento Regional. Porém, diferente dos decretos

anteriores, o atual excluiu o Ministro da Educação do planejamento da convergência entre as ações do estado, na promoção do desenvolvimento regional.

Outros importantes mecanismos criados no Decreto nº 6047/2007, da PNDR, em vigor durante o período de expansão das universidades e que permaneceram no documento de 2019, são os instrumentos financeiros e fiscais voltados à execução da política, como o Orçamento Geral da União; os Fundos Constitucionais de Financiamento das regiões Norte (FNO), Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO); os Fundos de Desenvolvimento do Nordeste, Fundo de Desenvolvimento da Amazônia e o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (incluído no decreto de 2019). Também figuram no Decreto 9.810/2019, como fontes de financiamento, os programas de desenvolvimento regional de bancos públicos federais, existentes ou que venham a ser instituídos; incentivos e benefícios de natureza financeira, tributária ou creditícia; bem como outras fontes de recursos nacionais e internacionais. A PNDR teve como pressupostos iniciais, além da atuação em múltiplas escalas geográficas e de recursos públicos para investimento, a recriação da estrutura institucional para planejamento e execução da política regional (Sudene, Sudam e Sudeco) e a visão transversal de que a política deveria ser conduzida pelo Ministério da Integração Nacional (MI) em articulação com os demais órgãos setoriais federais, com o setor produtivo e a sociedade civil organizada.

Bandeira (2013) coloca que a PNDR inova na abordagem do desenvolvimento regional, trabalhando em um novo paradigma ao desenvolvimento com base na articulação de vários atores regionais, contribuindo para melhorar as condições de vida das populações das regiões mais pobres ou menos dinâmicas ao gerar empregos e oportunidades. Salienta-se que o foco deste trabalho são os períodos em que a PNDR foi paralela à política de expansão das universidades federais, quando da vigência do Decreto nº 4.793/2003 e do Decreto nº 6047/2007.

Metodologia

Para atingir o objetivo deste trabalho foi utilizada a pesquisa documental sobre a tipologia sub-regional da PNDR I e II, que classificou as microrregiões brasileiras, segundo critérios como PIB *per capita* e rendimento domiciliar médio, e sobre o programa de expansão do ensino superior, que ampliou a rede com a implantação de novos campi de universidades federais. Foram selecionados os municípios e microrregiões constantes de relatórios e publicações obtidos em pesquisa documental na *homepage* do MEC e do Ministério da Integração Nacional (BRASIL, 2012;2018). A análise das políticas públicas foi realizada criando-se tabelas comparativas entre as classificações dos municípios e microrregiões na PNDR I de 2005 e na PNDR II de 2018, selecionando os municípios que receberam campi das novas universidades federais. Essas tabelas comparativas contêm as cidades onde foram instalados os novos campi e a classificação na tipologia sub-regional, de

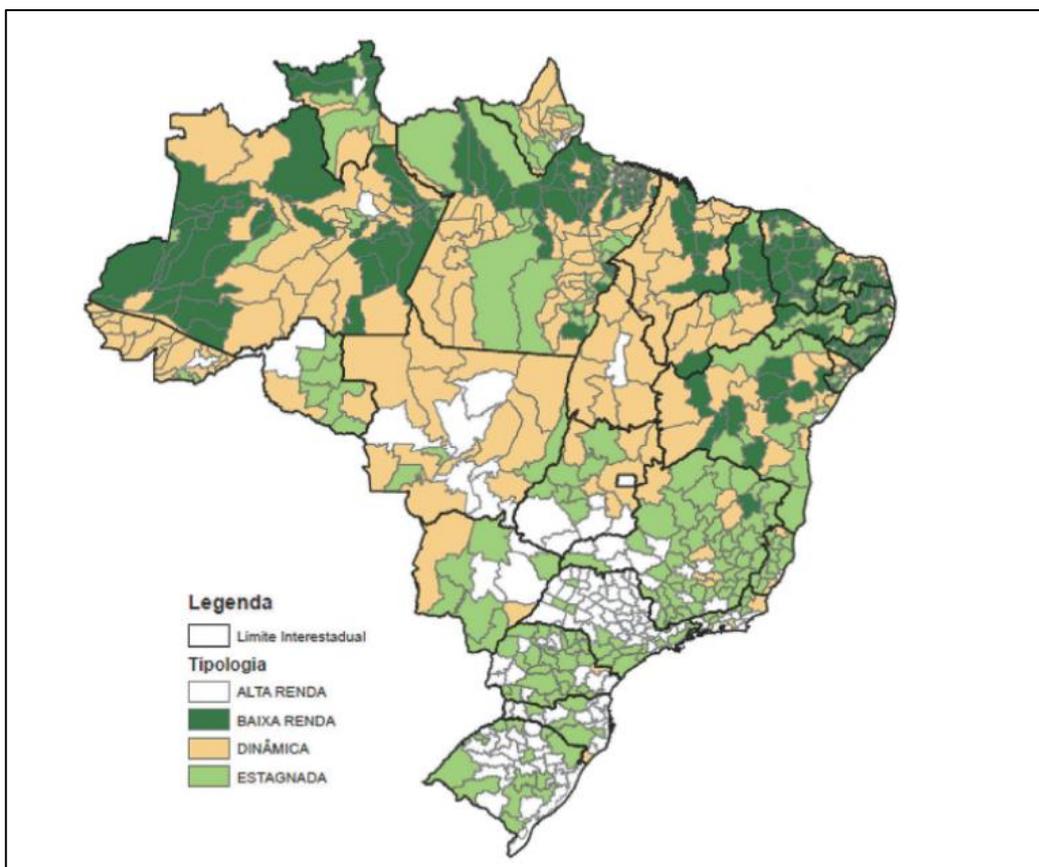
forma a possibilitar a visualização da classificação dos municípios no período que antecedeu o investimento público e após a sua realização (classificação de 2005 na PNDR I e a classificação de 2018 PNDR II).

Importante salientar que a PNDR desenvolveu um critério inovador de avaliação de prioridades, com abordagem semelhante à adotada pela política regional europeia, que é a tipologia sub-regional, que utiliza variáveis de rendimento domiciliar médio e crescimento do PIB *per capita*, ambas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para classificar as regiões em alta renda, dinâmicas, estagnadas e baixa renda (AMPARO, 2014; BRASIL, 2012; QUAGLIO; PAIVA, 2017; SILVA, 2016).

Na PNDR I o recorte microrregional foi obtido com as variáveis de rendimento domiciliar *per capita* e variação do PIB *per capita* do IBGE, divididas em quartis. Os primeiros 25% foram classificados como alta renda; os 25% com piores resultados como baixa renda, e os 50% intermediários como média renda. Isso resultou em quatro tipos de microrregiões: alta renda (alta renda independente do dinamismo), baixa renda (baixa renda com médio ou baixo dinamismo), dinâmicas (renda baixa e média com alto dinamismo) e estagnadas (média renda e médio e baixo dinamismo). Excluindo as microrregiões de alta renda, as demais seriam espaços prioritários para a ação da política, segundo a definição da tipologia da PNDR (BRASIL, 2012).

Os recortes das microrregiões da PNDR I estão identificados no mapa da Figura 1, referentes à classificação na tipologia sub-regional de 2005.

Figura 1 – Mapa da tipologia da PNDR I



Fonte: Ministério da Integração Nacional (2012).

A PNDR está em vigor com Decreto 9810/2019 e com o projeto de lei que está no Senado nº 375, de 2015, com o propósito de reduzir as desigualdades regionais e fortalecer a coesão do país. O projeto segue em tramitação no Congresso Nacional, porém, a última classificação das sub-regiões foi elaborada e publicada pela Portaria 34 do Ministério da Integração Nacional em 18 de janeiro de 2018, desdobrando a classificação em nove novas categorias, sendo a referência entre elas:

A) Alta renda na classificação sub-regional da PNDR I, desdobrada na PNDR II em microrregiões de alta renda e alto dinamismo; alta renda e médio dinamismo; e alta renda e baixo dinamismo. Essas microrregiões estavam dentre as 25% com melhor nível de rendimento *per capita* do país;

B) Baixa renda na classificação sub-regional da PNDR I, desdobrada na PNDR II em microrregiões de baixa renda e médio dinamismo e baixa renda e baixo dinamismo. Essas microrregiões estavam dentre as 25% com pior nível de rendimento *per capita* do país;

C) Estagnadas na classificação sub-regional da PNDR I, desdobrada na PNDR II em microrregiões com média renda e médio dinamismo e média renda e baixo

dinamismo. Essas microrregiões estavam na faixa intermediária, onde as situações medianamente desfavoráveis de renda e de dinamismo econômico lhe conferem patamares menores de desenvolvimento em relação à média nacional;

D) Dinâmicas na classificação sub-regional da PNDR I, desdobrada na PNDR II em microrregiões de média renda e alto dinamismo e baixa renda e alto dinamismo. Essas microrregiões demonstravam maior capacidade de inserção produtiva, independentemente de seu patamar de rendimento.

A atualização da classificação dos municípios e microrregiões do território brasileiro da PNDR II utilizou dados do Censo Demográfico de 2010 (Renda domiciliar *per capita*) e taxa de crescimento do PIB *per capita*, nas faixas trienais de 2002 a 2004 e de 2012 a 2014, coincidindo com o último ano do programa de expansão do ensino superior. Portanto, a nova estrutura da tipologia sub-regional classificou os municípios utilizando as mesmas variáveis da PNDR I, porém, dando novas dimensões à situação de rendimentos e de dinâmica produtiva, atualizando o que se refere às regiões do país com as mesmas características, de forma a elencar os espaços prioritários de atuação do Estado. O Quadro 1 resume essa relação.

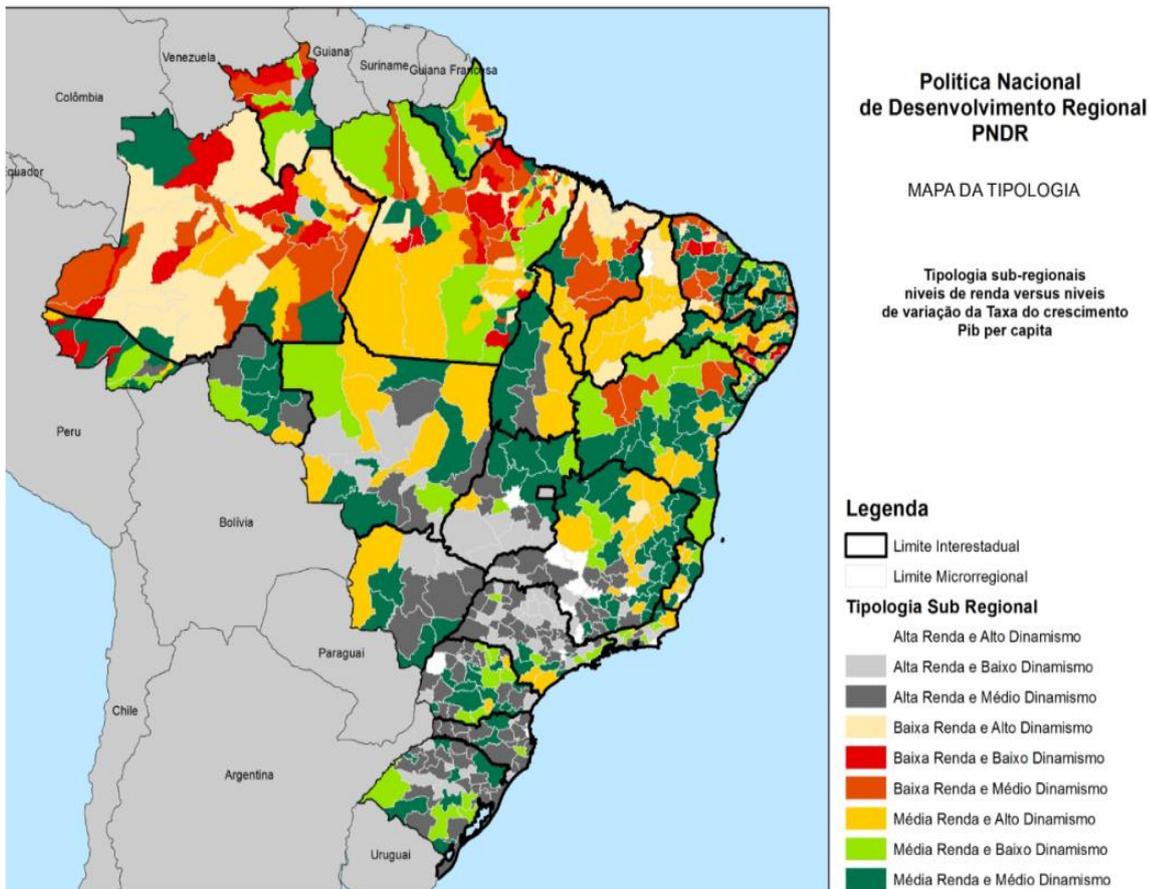
Quadro 1 – Desdobramento da classificação da PNDR II em relação à classificação em vigor da PNDR I e classificação ainda vigente pelo decreto

PNDR I	PNDR II (classificação oficial pelo decreto)
Alta renda	Alta renda com alto, médio e baixo dinamismo (alta renda)
Baixa renda	Baixa renda com baixo dinamismo e baixa renda com médio dinamismo (baixa renda)
Dinâmicas	Média renda e alto dinamismo e baixa renda com alto dinamismo (dinâmicas)
Estagnadas	Média renda com médio e baixo dinamismo (estagnadas)

Fonte: Elaborado pelos autores com base na NT 52 e portaria 34/18 do MI (classificação da PNDR II).

O novo cartograma resultante da nova classificação pela tipologia sub-regional da Portaria nº 34/2018 está demonstrado na Figura 2.

Figura 2 – Classificação da tipologia sub-regional da PNDR II



Fonte: Ministério da Integração Nacional (2018).

Análises do reflexo da política pública de expansão do ensino superior nas economias microrregionais com base na PNDR I e II

Segundo o relatório da comissão constituída pela Portaria nº 126/2012 do MEC, para análise sobre a expansão das universidades federais, os programas de expansão e o Reuni (2003 a 2014) tiveram como uma de suas metas a interiorização do ensino superior público federal e integração regional por meio da criação de novas universidades e campi universitários. A interiorização e a integração das Ifes propiciaram uma contribuição significativa para o desenvolvimento das regiões, iniciando um processo de diminuição das assimetrias regionais existentes no país, sendo esse um dos fatores de escolha dos locais de implantação das novas universidades (BRASIL, 2012).

No relatório sobre a análise da expansão do ensino superior do MEC não há menção à PNDR, não demonstrando uma convergência dentre as duas políticas públicas, porém, com base no relatório do MEC e nos documentos extraídos do MI

sobre a PNDR, é possível avaliar os resultados das duas ações governamentais utilizando a tipologia sub-regional. Na PNDR I é possível verificar a classificação das cidades e microrregiões no período que antecede a implantação dos novos campi (2005) e na PNDR II a situação atual, após a nova classificação na tipologia sub-regional de 2018. Salienta-se que a implantação dos novos campi não ocorre de forma única e em um mesmo espaço de tempo, pois ela aconteceu de forma espaçada dentro do período de expansão da rede federal de ensino superior, ou seja, de 2003 a 2014.

A tipologia sub-regional dos municípios e microrregiões com os novos campi de universidade está demonstrada em 11 tabelas comparativas entre a classificação na PNDR I, de 2005, e a classificação na PNDR II, de 2018, informando a existência de campus de universidade e o ano de criação da instituição.

Na Tabela 1 observa-se que as microrregiões onde foram implantados os campi eram classificadas na PNDR I como “alta renda”, onde a prioridade de investimento público não era indicada pela política. Esses municípios que receberam campi apresentam o mesmo padrão de rendimentos por habitante na PNDR II, mantendo a classificação de “alta renda”.

Tabela 1 – Alta renda na PNDR I (2005) e alta renda na PNDR II (2018)

Cidade/UF do campus	Universidade	Ano (lei de criação)
Mauá/SP	Fundação Universidade Federal do ABC - UFABC	2005
Santo André/SP	Fundação Universidade Federal do ABC - UFABC	2005
São Bernardo do Campo/SP	Fundação Universidade Federal do ABC - UFABC	2005
Porto Alegre/RS	Fund. Univ. Fed. Ciências da Saúde de Porto Alegre - UFCSPA	2008
Dom Pedrito/RS	Fundação Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA (2008)	2008
Bagé/RS	Fundação Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA	2008
Uberlândia/MG	Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM	2005
Alfenas/MG	Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL	2005
Poços de Caldas/MG	Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL	2005

Varginha/MG	Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL	2005
Foz do Iguaçu/PR	Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA	2010
Curitiba/PR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR	2005
Londrina/PR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR	2005
Pato Branco/PR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR	2005
Ponta Grossa/PR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR	2005
Toledo/PR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR	2005
Chapecó/SC	Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS	2009
S. Francisco do Conde/BA	Univ. Integr. Inter. da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB	2010

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na Tabela 2, observa-se que a microrregião que recebeu campus da UFVJM em 2005 mantém a classificação na tipologia sub-regional entre a PNDR I e II.

Tabela 2 – Dinâmica na PNDR I (2005) e dinâmica na PNDR II (2018)

Cidade/UF do campus	Universidade	Ano (lei de criação)
Janaúba/MG	Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM	2005

Fonte: Elaborado pelos autores.

As cidades na Tabela 3 são classificadas como de “baixa renda” pela PNDR, sendo prioritárias ao investimento público e recebendo, nesse caso, dois campi de universidades. As cidades nessas microrregiões ainda não lograram êxito em melhorar a sua classificação na tipologia sub-regional, sendo que a criação em 2009 e 2010 dos campi está muito próxima do período usado para análise dos

rendimentos por habitante na PNDR II, que se refere ao Censo de 2010, portanto, com pouco ou nenhum reflexo nesse resultado da tipologia sub-regional.

Tabela 3 – Baixa renda na PNDR I (2005) e baixa renda na PNDR II (2018)

Cidade/UF do campus	Universidade	Ano (lei de criação)
Redenção/CE	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB	2010
Óbidos/PA	Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA	2009

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na Tabela 4 estão as microrregiões das cidades com os novos campi que mantêm a sua classificação de “estagnadas”. Embora tenham recebido investimento público, considerando os indicadores da tipologia sub-regional e ressaltando o período de dados utilizados na PNDR II, esses municípios ainda apresentam a mesma situação de classificação de microrregiões estagnadas. A própria criação de campi universitários nessas microrregiões são desafios à sua completa implantação, pelas deficiências de infraestrutura e de produção nessas cidades, e demandam um período maior para que a estrutura econômica e produtiva sofra alterações positivas.

Conforme Rolim e Serra (2011), as universidades precisam compreender as dinâmicas social e econômica das regiões em que estão inseridas para poder contribuir com o desenvolvimento regional. Isso leva um certo tempo e pode justificar a mesma classificação na PNDR I e II se considerarmos a contribuição dos campi aos resultados da classificação pela tipologia sub-regional em algumas dessas microrregiões.

Tabela 4 – Estagnada na PNDR I (2005) e estagnada na PNDR II (2018)

Cidade/UF do campus	Universidade	Ano (lei de criação)
Mossoró/RN	Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA	2005
Cerro Largo/RS	Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS	2009
Alegrete/RS	Fundação Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA	2008

Caçapava do Sul/RS	Fundação Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA	2008
Itaqui/RS	Fundação Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA	2008
Jaguarão/RS	Fundação Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA	2008
Santana do Livramento/RS	Fundação Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA	2008
São Borja/RS	Fundação Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA	2008
São Gabriel/RS	Fundação Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA	2008
Uruguaiana/RS	Fundação Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA	2008
Laranjeiras do Sul/PR	Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS	2009
Realeza/PR	Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS	2009
Cornélio Procópio/PR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR	2005
Guarapuava/PR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR	2005
Santarém/PA	Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA	2009
Amargosa/BA	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB	2005
Cachoeira/BA	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB	2005
Cruz das Almas/BA	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB	2005
Santo Antônio de Jesus/BA	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB	2005
Tefiólo Otoni/MG	Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM	2005
Rondon/PA	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA	2013

São Félix do Xingu/PA	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA	2013
Itabuna/BA	Universidade Federal do Sul da Bahia - UFESBA	2013
Porto Seguro/BA	Universidade Federal do Sul da Bahia - UFESBA	2013
Teixeira de Freitas/BA	Universidade Federal do Sul da Bahia - UFESBA	2013

Fonte: Elaborado pelos autores.

A Tabela 5 apresenta dois campi de universidades que foram implantados em microrregiões que apresentaram uma modificação na estrutura de rendimentos por habitante, migrando de uma classificação de “baixa renda” para a classificação de “estagnada”. A nova classificação na tipologia da PNDR II demonstra uma melhoria no padrão de rendimento dos habitantes, mas, ainda, com uma situação de baixo ou médio dinamismo em relação ao PIB.

Não é possível afirmar categoricamente que a implantação dos campi universitários seja a causa do aumento da renda nesses casos, pois isso demandaria um estudo específico sobre a renda da população. Contudo, diversos trabalhos apontam para impactos positivos nas economias pela presença de universidades ou de grandes investimentos públicos, a exemplo dos estudos de Fleck (2012) e de Rolim e Serra (2009), que analisam as contribuições da universidade ao mercado de trabalho e nas interações produtivas.

Tabela 5 – Baixa renda na PNDR I (2005) e estagnada na PNDR II (2018)

Cidade/UF do campus	Universidade	Ano (lei de criação)
Oriximiná/PA	Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA	2009
Bom Jesus da Lapa/BA	Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB	2013

Fonte: Elaborado pelos autores.

A Tabela 6 mostra que os campi da UFOPA e da UFCA estão em microrregiões nas quais as cidades apresentam uma evolução entre a classificação na PNDR I e II, migrando da classificação de “baixa renda” para “dinâmica”. A estrutura produtiva que reflete no aumento do PIB *per capita* pode ser influenciada por diversos fatores, inclusive pela presença dos campi universitários. Da mesma forma que na análise anterior, não é possível atribuir a alteração positiva no PIB desses municípios à implantação de um campus universitário, pois necessitaria de estudos mais

aprofundados e específicos sobre os fatores que podem ter desencadeado a alteração da classificação das microrregiões de baixa renda para dinâmica.

Porém, há vários estudos apontando que a presença de universidades contribui para o aumento do dinamismo produtivo, a exemplo dos estudos de Rolim e Serra (2009; 2011), que consideram o impacto das universidades como um processo de longo prazo, em que a pesquisa, a inovação e a interação com os demais sistemas produtivos contribuem para o desenvolvimento regional.

Tabela 6 – Baixa renda no PNDR I (2005) e dinâmica na PNDR II (2018)

Cidade/UF com campus	Universidade	Ano (lei de criação)
Juruti/PA	Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA	2009
Brejo Santo/CE	Universidade Federal do Cariri - UFCA	2013

Fonte: Elaborado pelos autores.

A Tabela 7 revela um cenário no qual a classificação da microrregião passou de “estagnada” para “alta renda”, demonstrando uma modificação no padrão de rendimentos por habitante. O investimento em educação é reconhecidamente um dos fatores para a elevação de renda e aumento da produção, salientando a presença de campi de universidades tecnológicas em quatro cidades, implantadas a partir de 2005. A presença de campus universitários contribui para o incremento da renda da população, uma vez que demandam investimentos, gerando emprego e renda com impacto em diversos setores.

Hoff, San Martín, e Sopena (2011) realizaram um trabalho que analisa os impactos quantitativos da implantação de um campus universitário e os reflexos do aumento da demanda em vários setores. O estudo de Fleck (2012) também segue essa linha, analisando a contribuição da universidade ao desenvolvimento regional pela ação de seus agentes na formação de pessoas qualificadas às competências necessárias à região de implantação.

Tabela 7 – Estagnada na PNDR I (2005) e alta renda na PNDR II (2018)

Cidade/UF do campus	Universidade	Ano (lei de criação)
Erechim/RS	Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS	2009

Dourados/MS	Fundação Universidade Federal de Grande Dourados - UFGD	2005
Apucarana/PR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR	2005
Francisco Beltrão/PR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR	2005
Campo Mourão/PR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR	2005

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na Tabela 8, a modificação da classificação de “estagnada” para “dinâmica” demonstra uma tendência de crescimento e desenvolvimento das regiões a partir da análise do indicador relacionado ao PIB *per capita* da PNDR. As regiões “estagnadas” são prioritárias ao investimento público pela PNDR, onde a estrutura produtiva pode ser potencializada pela presença de um campus universitário. A presença de campi universitários contribui para o dinamismo econômico pela interação com os demais atores regionais. Etzkowitz e Zhou (2017) abordaram o conceito de um sistema de Hélice Tríplice em que governo, universidades e indústria interagem para o desenvolvimento regional. A teoria tem potencial para explicar o aumento do dinamismo produtivo nesses casos.

Tabela 8 – Estagnada na PNDR I (2005) e dinâmica na PNDR II (2018)

Cidade/UF do campus	Universidade	Ano (lei criação)
Itaituba/PA	Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA	2009
Monte Alegre/PA	Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA	2009
Feira de Santana/BA	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB	2005
Diamantina (Campus JK)/MG	Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM	2005
Diamantina (Unidade Centro de Convenções)/MG	Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM	2005

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na Tabela 9 observa-se que, embora as microrregiões tenham sido objeto de investimento público, pela criação de campi universitários, a dinâmica produtiva representada pelo indicador do PIB *per capita* teve declínio. Os fatores que influenciam na dinâmica produtiva são os mais variados, sendo que campi criados em 2013 têm pouca influência nesse cenário, considerando o período mais recente de dados para o PIB *per capita* na PNDR II ter sido utilizado entre 2012 e 2014.

Assim como nos demais cruzamentos, estudos aprofundados sobre a dinâmica produtiva de cada microrregião são necessários para conseguir determinar as causas que levam ao declínio do indicador da PNDR, que, nesse caso, resultou na reclassificação das microrregiões dos municípios com novos campi como “estagnadas”.

Tabela 9 – Dinâmica na PNDR I (2005) e estagnada na PNDR II (2018)

Cidade/UF com campus	Universidade	Ano (lei de criação)
Caraúbas/RN	Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA	2005
Angicos/RN	Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA	2005
Pau dos Ferros/RN	Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA	2005
Unaí/MG	Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM	2005
Icó /CE	Universidade Federal do Cariri - UFCA	2013
Santana do Araguaia/PA	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA	2013
Xinguara/PA	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA	2013
Barreiras/BA	Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB	2013
Luís Eduardo Magalhães/BA	Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB	2013
Santa Maria da Vitória/BA	Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB	2013

Fonte: Elaborado pelos autores.

A Tabela 10 apresenta a cidade de Alenquer (PA), que teve um desempenho menor no padrão de rendimentos por habitante na PNDR II em relação à PNDR I, resultando na classificação como baixa renda.

Considerando que o período de dados do indicador de rendimento domiciliar da PNDR II refere-se ao Censo de 2010, a criação do campus em 2009 tem pouca influência nesse cenário, embora a afirmação necessite de uma pesquisa específica em relação aos fatores que contribuíram para o menor nível de rendimentos por habitante e quais os cenários futuros ao município com a implantação do campus.

Tabela 10 – Estagnada na PNDR I (2005) e baixa renda na PNDR II (2018)

Cidade/UF com campus	Universidade	Ano (lei de criação)
Alenquer/PA	Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA	2009

Fonte: Elaborado pelos autores.

A Tabela 11 apresenta a classificação da cidade de Barra (BA), que mostra alterações no padrão de rendimentos por habitante na PNDR II em relação à PNDR I. Considerando que o período de dados do indicador de rendimento domiciliar da PNDR II refere-se ao Censo de 2010, espera-se que a implantação do campus universitário em 2013 possa contribuir para um aumento no rendimento de famílias e do rendimento da produção em uma nova classificação pela tipologia sub-regional.

Tabela 11 – Dinâmica na PNDR I (2005) e baixa renda na PNDR II (2018)

Cidade/UF com campus	Universidade	Ano (lei de criação)
Barra/BA	Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB	2013

Fonte: Elaborado pelos autores.

Em resumo, a partir deste estudo preliminar, verificou-se que 65% dos municípios analisados mantiveram a classificação na tipologia sub-regional entre a PNDR I e II. Aproximadamente 20% apresentaram um resultado positivo, ou seja, obtiveram uma melhor classificação na tipologia sub-regional da PNDR II, em comparação com a PNDR I. Preliminarmente, infere-se que a presença de um campus de uma Ifes pode contribuir em maior dinamismo econômico e aumento da renda de sua população, o que necessita de estudos específicos em cada município e microrregião para sua comprovação.

Também se observa que em 15% dos municípios ocorreram resultados negativos ao se comparar a classificação na tipologia sub-regional na PNDR I com a classificação na tipologia da PNDR II. Contudo, é fundamental o aprofundamento nos estudos, visto que outros fatores, de ordem econômica e social, que não os ligados à presença de universidades, podem interferir nos indicadores de rendimentos por habitante e de produção de uma determinada região.

Em que pese todas as contribuições da presença de um campus universitário ao desenvolvimento regional, as análises nesta pesquisa visam dar importância ao trabalho desenvolvido na tipologia sub-regional da PNDR, uma vez que se constitui em importante mecanismo de análise do desempenho econômico, estimulando novas pesquisas com foco nas microrregiões e municípios onde os campi foram implantados.

Considerações finais

Após analisar as políticas públicas de expansão do ensino superior e suas interfaces com a PNDR, podemos observar que as duas PNDR foram complementares, embora não tenham dialogado formalmente nos relatórios e publicações dos ministérios envolvidos.

Nos relatórios do MEC, sobre a expansão do ensino superior no período 2003 a 2014, não constam menções à PNDR, embora tenha ocorrido nesse período a implantação de inúmeros campi, como mencionado, nas regiões prioritárias elencadas pela tipologia sub-regional de 2005. Foi possível verificar, pelos documentos consultados, que a implantação de novas universidades não obedeceu exclusivamente à priorização da PNDR I, havendo implantação também em microrregiões classificadas na tipologia sub-regional como “alta renda”, não prioritárias ao investimento público pelos pressupostos da PNDR I.

Em relação à situação socioeconômica das regiões onde foram criadas as universidades, com base na classificação da tipologia sub-regional da PNDR I e II, temos uma oportunidade ímpar de avaliação, com base em indicadores de renda familiar, pelo rendimento domiciliar médio, e de crescimento produtivo, pela variação do PIB *per capita*.

As classificações pela tipologia sub-regional da PNDR I e II possibilitam verificar importantes alterações econômicas microrregionais, sendo aproveitadas neste trabalho para uma análise em relação ao programa de expansão das universidades federais, colocando em evidência os municípios e microrregiões onde houve implantação de novos campi.

Alterações na tipologia sub-regional entre 2005 e 2018 em locais que se localizam instituições de ensino superior suscitam hipóteses de colaboração da universidade

na melhor classificação na tipologia sub-regional. Esta dinâmica evidenciou-se na migração de estagnada para alta renda, dos municípios de Erechim/RS, Dourados/MS, Apucarana/PR, Francisco Beltrão/PR e Campo Mourão/PR, considerando os anos de criação de 2005 e 2009 dos campi, em relação ao período de dados dos indicadores; e na migração de estagnada para dinâmica nos municípios de Itaituba/PA, Monte Alegre/PA, Feira de Santana/BA e Diamantina/MG, também considerando os anos de criação de 2005 e 2009 dos campi, em relação ao período de dados dos indicadores.

A contribuição de um campus universitário na estrutura econômica de renda familiar e na dinâmica produtiva têm amplo registro na literatura, embora vários fatores estejam implicados nessa análise que precisam de estudos específicos capazes de quantificar essa contribuição, sendo, essa, uma oportunidade para novas pesquisas.

Por fim, faz-se necessário aprofundar este estudo tomando experiências brasileiras, sobretudo nos últimos 15 anos, com vistas a analisar a relação entre implantação de Ifes e o desenvolvimento regional, considerando a tipologia sub-regional da PNDR, que se consolida como importante instrumento de análise das economias microrregionais.

Referências

AFONSO, Almerindo Janela. Reforma do Estado e políticas educacionais: entre a crise do Estado-nação e a emergência da regulação supranacional. **Educação & Sociedade**, v. 22, n. 75, p. 15-32, 2001.

AMPARO, Paulo Pitanga do. Os desafios a uma política nacional de desenvolvimento regional no Brasil. **Interações (Campo Grande)**, v. 15, n. 1, p. 175-192, 2014.

BANDEIRA, Pedro. **Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional**. IPEA, 1999.

BANDEIRA, Pedro Silveira. Contribuição dos COREDES/RS para o debate sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional. *In*: SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. (org.). **Observando o desenvolvimento regional brasileiro: processo, políticas e planejamento**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, p. 89-115, 2013.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. **Pelo fim das décadas perdidas: educação e desenvolvimento sustentado no Brasil**. Texto para Discussão N. 857, IPEA, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**. Centro de documentação e Informação. Coordenação de publicações, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Relatório da Comissão Constituída pela Portaria nº 126/2012**, sobre a Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12386-analise-expansao-universidade-federais-2003-2012-df&Itemid=30192. Acesso em: 22 dez. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6047.htm. Acesso em: 12 nov. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 9810, de 30 de maio de 2019**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional. – Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9810.htm. Acesso em: 18 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Relatório da Comissão Constituída pela Portaria nº 126/2012**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12386-analise-expansao-universidade-federais-2003-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 17 jun. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **A democratização e expansão da educação superior no país 2003 – 2014**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192. Acesso em: 17 jun. 2017.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **A Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR – 2007**. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/web/guest/politica-nacional-de-desenvolvimento-regional>. Acesso em: 12 nov. 2017.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Portaria 34/2018 - Atualiza a classificação das microrregiões segundo a tipologia da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR**. Disponível em: <https://www.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/ArquivosPDF/legislacao/Portaria-34-de-18-de-janeiro-de-2018-Tipologia-PNDR.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional PNDR (Sumário Executivo) - 2012**. Disponível em: <https://www.mdr.gov.br/acoes-e-programas/121-secretaria-nacional-de-programas-urbanos/6067-politica-nacional-de-desenvolvimento-regional-sumario-executivo>. Acesso em: 18 jun. 2020.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. Texto para discussão EESP/FGV, v. 157, 2006.

DE AGUIAR, Mariane Rodrigues Volz *et al.* Desenvolvimento regional e a contribuição universitária: uma análise das publicações nacionais e internacionais de 2008 a 2016. **Interações (Campo Grande)**, 21 (2), 2020.

ETZKOWITZ, Henry; ZHOU, Chunyan. Hélice Tríplice: inovação e empreendedorismo universidade-indústria-governo. **Estudos avançados**, v. 31, n. 90, p. 23-48, 2017.

FAGUNDES, Marcus Vinicius Carvalho; GIROLETTI, Domingos Antônio. Universidade Pública e Desenvolvimento Regional: um estudo da contribuição da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia–UESB. 2013. *In*: II SINGEP e I S2IS. **Anais [...]**. São Paulo, SP: UNINOVE. Disponível em: <http://repositorio.uninove.br/xmlui/handle/123456789/558>. Acesso em: 3 jan. 2018.

FERNANDES, Maria Inês Assumpção. Abandono das instituições: construção de políticas públicas e universidade. **Psicologia USP**, v. 12, n. 2, p. 11-27, 2001.

FLECK, Carolina Freddo. **A universidade no desenvolvimento do mercado de trabalho**: um estudo de caso em Santana do Livramento. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**: ensaios. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GOMES, Maria Helena Scalabrin Cardoso; BRESCIANI, Luis Paulo; AMORIM, Wilson Aparecido. Políticas sociais, educação e desenvolvimento econômico: busca por evidências correlacionais a partir das avaliações do Ideb de três municípios paulistas. **Gestão & Regionalidade**, v. 32, n. 94, p. 36-51, 2016.

HOFF, Debora Nayar; SAN MARTIN, Aline Schimidt; SOPEÑA, Mauro Barcellos. Universidades e desenvolvimento regional: impactos quantitativos da Unipampa em Sant’ana do Livramento. **Redes (online)**, v. 16, n. 3, p. 157-183, 2011.

NETO, Leonardo Guimarães. Desigualdades e políticas regionais no Brasil: caminhos e descaminhos. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 15, 2009.

OLIVEIRA JR., Antonio de. A universidade como polo de desenvolvimento local-regional. **Caderno de Geografia**, v. 24, n. 1, p. 1-12, 2014.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, v. 5, n. 2, 2017.

ONU. Organizações das Nações Unidas. **Resolution adopted by the General Assembly 2010**. Disponível em: <http://www.un.org/en/mdg/summit2010/documents.shtml>. Acesso em: 23 nov. 2017.

QUAGLIO, Gislaine de Miranda; PAIVA, Cláudio Cesar de. A questão regional e o BNDES: uma análise da conformidade entre a atuação do Banco e a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). **Economia e Sociedade**, v. 26, n. 2, p. 337-368, 2017.

ROLIM, Cássio Frederico Camargo; SERRA, Maurício Aguiar. **Universidade e desenvolvimento regional**: o apoio das instituições de ensino superior ao desenvolvimento regional. Juruá Editora, 2009.

ROLIM, Cássio; SERRA, Maurício. Universidade e desenvolvimento: ser da região x estar na região. *In*: Congresso Ibérico de Estudos Africano, 7., 2011. **Anais [...]**. Lisboa, 2011. Disponível em: <https://repositorio.iscte.pt/handle/10071/2383>. Acesso em: 18 dez. 2017.

ROCHA NETO, João Mendes da; BORGES, Djalma Freire. As assimetrias entre as políticas setoriais e a política de planejamento regional no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 45, n. 6, p. 1639-1654, 2011.

SILVA, Sandro Pereira. Análise da trajetória institucional de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional no Brasil. **Revista do Serviço Público**, v. 67, n. 3, p. 351-376, 2016.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

Data de submissão: 26/06/2020

Data de aprovação: 29/11/2022

Revisão: Daniela Matthes (português), Anderson de Miranda Gomes (inglês) e Yanet María Reimondo Barrios (espanhol).

Frank Sammer Beulck Pabim

Universidade Federal do Pampa

Av. Tiarajú, 810 – Ibirapuitã

97545-550 Alegrete/RS, Brasil

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8730-3693>

E-mail: frank.unipampa@gmail.com

Sheila Kocourek

Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria

Av. Roraima, 1000 – Camobi

97105-900 Santa Maria/SC, Brasil

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8962-8758>

E-mail: sheilakocourek@gmail.com

Gilberto Martins Santos

Departamento de Administração - UFSM-PM

Av. Independência, 3751 – Vista Alegre

98300-000 Palmeira das Missões/RS, Brasil

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8296-3852>

E-mail: gilbertosantosufsm@gmail.com